

Trabalho



Opinião

Força intensifica luta para manter direitos

Apesar de toda a pressão da Força Sindical e das demais Centrais, a Câmara dos Deputados aprovou, na última 4ª feira (6), o texto-base da Medida Provisória (MP) 665, que altera as regras para a concessão do seguro-desemprego e do abono salarial, restringindo o acesso dos trabalhadores aos benefícios (o seguro-desemprego não foi alterado). A aprovação da MP teve 252 votos favoráveis, 227 contrários e uma abstenção. Na semana que vem a MP deverá ser apreciada no Senado.

A Força Sindical repudia veementemente o ataque do governo aos direitos dos trabalha-

dores. Impingir à classe trabalhadora, com a restrição de benefícios trabalhistas e sociais, o fardo de uma crise da qual ela não é autora, mas sim vítima, é caminhar na contramão do desenvolvimento industrial, da geração de emprego e renda, do aumento da produção e do consumo.

A nossa pressão contra as MPs que reduzem direitos vai continuar e ser intensificada. Na próxima semana estaremos no Congresso para externar a nossa insatisfação com mais esta arbitrariedade praticada contra os trabalhadores. Nossas conquistas têm de ser respeitadas e ampliadas, e a mobilização de todos é fundamental neste momento.

Miguel Torres
Presidente da Força Sindical



MEDIDA PROVISÓRIA 665

Redução de direitos é aprovada na Câmara

Sindicalistas lutaram até o fim pela rejeição à Medida que reduz direitos trabalhistas e sociais

“O plenário da Câmara Federal aprovou a Medida Provisória (MP) 665, que limita o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego e ao abono salarial. Apesar do resultado da votação lutamos até o fim para garantir nossos direitos”, disse Miguel Torres, presidente da Força Sindical. Os parlamentares ainda votaram ontem (dia 7) os destaques que podem modificar a proposta. Não incluímos o resultado da votação dos destaques nesta matéria. Depois da Câmara, a MP será encaminhada para o Senado na próxima semana.

“Justamente agora que os efeitos da crise econômica atingem com mais força os empregos, as regras para receber o benefício ficam mais rígidas e retiram, sim, direitos dos trabalhadores, embora muitos digam o contrário”, observa Mi-

guel. “O trabalhador só poderá requerer o seguro depois de completar um ano de trabalho no mesmo emprego. Uma das consequências poderá ser o aumento da informalidade, prejudicando um trabalho que há anos desenvolvemos para formalizar os trabalhadores”, afirma.

A sessão que analisou a MP foi tensa. O deputado Paulo Pereira da Silva, Paulinho (Solidariedade-SP), comentou a votação da medida: “É um absurdo o PT apoiar medidas que tiram direitos dos trabalhadores, com milhares deles sendo demitidos no ABC, base da CUT”, declara.

Garantir direitos

A Força Sindical e as demais Centrais promoveram manifestações, atos e protestos pelo Brasil contra estas medidas, inclusive bloqueando rodovias e parando empresas. No dia 28 de janeiro realizamos o ‘Dia Nacional de Luta em Defesa dos Direitos e do Emprego’. Em São Paulo, o ato foi no vão central do Masp, na avenida Paulista.

A Força Sindical, por meio da CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos), ingressou com ações no Supremo Tribunal Federal (STF), no dia

Miguel (acima): “Logo agora que a crise atinge os empregos, as regras para o seguro-desemprego ficam mais rígidas”.
Paulinho (ao lado): “É um absurdo o PT apoiar a retirada de direitos com milhares de trabalhadores sendo demitidos no ABC”



Foto: Alexander Gonçalves



Foto: Facebook do Paulinho

30, contra as restrições à concessão dos benefícios trabalhistas e sociais.

Na Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), a Central pretende debater a constitucionalidade das medidas, que limitam as regras para o pagamento do abono salarial, do seguro-desemprego, da pensão por morte e do auxílio-doença.

As Centrais ainda tentaram sensibilizar o governo a retirar as medidas do Congresso. “Não vamos pagar por uma crise que não fabricamos”, disse o presidente da Força, que esteve, ao lado de dirigentes da Central, diversas vezes em Brasília para pressionar os parlamentares e participar de várias negociações com os ministros.

ALIMENTAÇÃO

foto: Arquivo Fetiasp



Araújo (ao fundo): “Sabemos da crise, mas não abrimos mão do aumento real”

Trabalhadores do setor iniciam negociações salariais no Estado

A Fetiasp (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado de São Paulo) e sindicatos filiados iniciaram as negociações das Convenções Coletivas de trabalho deste 1º semestre. Estão em jogo os reajustes salariais dos cerca de duzentos mil trabalhadores dos setores de carne e derivados, do frio, rações, doces e conservas, usinas de açúcar, sucos e be-

vidas.

“Vivemos, em 2015, o aprofundamento da crise econômica iniciada há alguns anos, e tanto nós quanto os patrões ficamos, nos primeiros meses deste ano, de olho nos efeitos provocados pelas medidas que o governo federal adotou na área econômica, e só começamos a negociar as Convenções neste mês”, afirma Mel-

quiades de Araújo, presidente da Fetiasp.

De acordo com Araújo, nas reuniões realizadas até agora – das áreas do frio, carnes e derivados e usinas de açúcar – os empresários expuseram dificuldades econômicas e acenaram apenas com a correção da inflação, sem aumento real. “Nós e os patrões estamos nos estudando e propondo alternativas. Por exemplo, a estabilidade no emprego durante um ano. Mas, mesmo assim, não abrimos mão de discutir aumento real de salário”, ressalta.

Entre outras alternativas analisadas estão o aumento da cesta básica e também o abono salarial.

FORÇA SINDICAL NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

fsindical.org.br [facebook.com/CentralSindical](https://www.facebook.com/CentralSindical)

imprensa@fsindical.org.br [flickr.com/photos/forca_sindical](https://www.flickr.com/photos/forca_sindical)

twitter.com/centralsindical [youtube.com/user/centralsindical](https://www.youtube.com/user/centralsindical)

SINDICALIZE-SE

PARTICIPE DO SEU SINDICATO!